

# O PARADIGMA DA QUALIDADE TOTAL E SEU REFLEXO NA ATIVIDADE DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO

## THE PARADIGM TOTAL QUALITY AND ITS REFLECTION IN THE ACTIVITY OF THE PROFESSIONAL OF THE EDUCATION

**Francisco Tomaz de Moura Júnior**  
Universidade Federal de Goiás (UFG)  
Regional de Jataí, Goiás, Brasil  
[ftomaz-junior@gmail.com](mailto:ftomaz-junior@gmail.com)

**Juliana Abadia do Prado Soares**  
Universidade Federal de Goiás (UFG)  
Regional de Jataí, Goiás, Brasil  
[jupraso@bol.com.br](mailto:jupraso@bol.com.br)

**Resumo.** A temática a que nos propusemos debater neste artigo pode ser expresso na seguinte questão: como a qualidade total, preceito neoliberalista, vigente na sociedade informacional do século XXI, afeta a identidade profissional do professor-educador e quais os impactos na educação dentro do dilema: educa-se para o mercado ou educa-se para a cidadania. Para isso, partir-se-á de uma análise da constituição da sociedade da informação que traz consigo os paradigmas mercadológicos e neoliberais, seguindo-se a isso, veremos, de modo amplo, a atual conjuntura do sistema escolar, para então, compreendermos como um paradigma mercadológico, a qualidade total, afeta na formação do professor.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo. Qualidade total. Identidade profissional.

**Abstract.** The theme that we to discuss in this article may be express following in the question: how the total quality, neoliberal rule, in force in the information society of the twenty-first century, affects the professional identity of the teacher-educator and the impacts on the education within the dilemma: educate to the market or to citizenship. For this, it will break up an analysis of the establishment of the information society brings with it the marketing and neo-liberal paradigms, followed by this, we shall see, in broad terms, the current situation of the school system, to then understand how a marketing paradigm affects the overall quality in teacher education.

**Keywords:** Neoliberalism. Total quality. Professional identity.

## INTRODUÇÃO

Com a crise do Estado de bem-estar social, na segunda metade do século XX, e o surgimento do modelo neoliberalista pregando o Estado Mínimo, estabeleceu uma crença na capacidade do mercado regular todas as esferas da vida humana e, criando, deste modo, a figura de um “deus” mercado. Tal fato fez com que ideais antes restritas ao mundo empresarial se difundisse pelas mais diversas esferas da vida social.

Hoje esse modelo econômico-ideológico transpassou as fronteiras do empresarial, de modo que assola todas as esferas da vida cotidiana com seus princípios, sendo capaz de chegar ao ambiente escolar e familiar, trazendo-lhes mudanças até então inimagináveis.

No seio familiar, faz com que se rompam os laços de solidariedade existentes, acirrando a competitividade exacerbada, contribuindo para a existência de comparações entre os membros da família, além de diminuir consideravelmente o tempo de convivência efetiva entre seus membros, relegando a constituição de valores à mídia, especialmente a televisiva, e a escola.

Em ambiente escolar, por sua vez, foco de nossa reflexão, tais ideias fizeram com que a escola, uma das esferas de socialização mais importante, fosse envolvida numa lógica empresarial e mercadológica, transformando-a de uma educação que buscasse a transmissão dos elementos da cultura geral, ainda que desvinculados da realidade (pedagogia tradicional), em uma educação que buscassem a transmissão de competências prática, um “saber fazer” (pedagogia tecnicista), a fim de que fossem usadas no mercado.

Para isso, foi preciso transpor conceitos como flexibilidade, racionalização, qualidade, meritocracia e competitividade do mundo empresarial, de tal forma, que uma vez internalizados fossem visto como naturais e genuínos da educação.



É imprescindível destacar que, após a introjeção desses conceitos nas escolas eles passaram a se reproduzir, expandindo-se não só da esfera social sobre a escola, mas também da própria escola sobre a sociedade, alimentando um círculo de autoreprodução de uma ideologia que penaliza o pobre, fazendo com que ele veja sua exploração não só como natural, mas também como justa.

Desta forma, dentre estes preceitos neoliberalistas e do modelo neoliberal de ensino, constituindo, principalmente, a partir segunda metade do século XX, cabe-nos identificar e avaliar os impactos que a chamada qualidade total possui, tanto na aprendizagem do educando, tanto quanto na relação com o professor e na formação de sua identificação com a atividade do magistério.

## DESENVOLVIMENTO

A sociedade que adentra ao século XXI, chamada de sociedade da informação, graças aos rápidos avanços técnicos e tecnológicos propiciados nos últimos 50 anos, caracteriza-se principalmente pela difusão de bens culturais, em destaque a informação, se opondo à produção de bens materiais, predominantes na sociedade industrial (LIBÂNEO, 2001), e pelo “encurtamento das distâncias”, mediante os novos meios de deslocamento, sendo um dos seus corolários a “aldeia global”, todavia,

Fala-se, por exemplo, em aldeia global para fazer crer que a difusão instantânea de notícias realmente informa as pessoas. A partir desse mito do encurtamento das distâncias – para aqueles que realmente podem viajar – também se difunde a noção de tempos contraídos. É como se o mundo houvesse tornado, para todos ao alcance da mão. (SANTOS, 2002, p. 18-19).

Deste modo, a ideia de uma democratização dos meios de comunicação e de um livre acesso à informação é bastante enganosa, uma vez que seu acesso é mediado por objetos tecnológicos e, sendo assim, “a informação sobre o que acontece não vem da interação entre as pessoas, mas do que é veiculado pela mídia, uma interpretação interessada, senão interesseira, dos fatos” (SANTOS, 2002, p. 41).

Nesse sentido, ter claro o papel desempenhado pelas *mass media* na sociedade é imprescindível para que se possa evidenciar qual seu impacto no processo formativo da identidade profissional e, no caso do professor, na sua prática educativa.

As mídias constituem um dos principais, senão o principal, meio difusor da ideologia neoliberal, especialmente pela difusão da lógica competitiva, consumista e meritocrática como naturais e inevitáveis.

Além disso, essa sociedade traz consigo novos dilemas, destacando-se entre eles: o fato de que tecnologia da informação “promove um fenômeno sumamente segregador para a população de baixa renda, com baixa escolarização, com baíssima capacidade crítica frente à avalanche informativa vinda especialmente pela televisão” (LIBÂNEO, 2001, p. 28), uma vez que, se ela se baseia na difusão de informação e cultura, aqueles que não tiverem acesso à cultural e/ou a capacidade crítica de superar a aparência mascaradora com a qual, aquelas, são colocadas, serão funcionalmente excluídos.

Assim sendo, pode-se afirmar que a tecnologia da informação, apesar de provocar mudanças nos modos de vida e nas percepções das pessoas, amplia a distância entre os que estão no cume da montanha e os que não saem do sopé. (LIBÂNEO, 2001, p. 28).

Essa tecnologia da informação associado ao capital financeiro, principais responsáveis pelas transformações sociais na segunda metade do século XX, e a escola como parte da sociedade, faz com que paradigmas neoliberais, como a excelência, a qualidade total, competitividade, a concorrência, transpassam os muros das empresas e adentram as casas dos indivíduos, tornando-os cada vez mais competitivos e individualistas, além de, em menor ou maior grau, fazerem com que o outro seja visto como um adversário, um concorrente que esta a espreita ao aguardo de um deslize para tomar seu trabalho, sua posição social, o que nos impele a uma constante vigilância e recusa a qualquer ato de solidariedade e cooperação.

Destarte,

A competitividade, o consumo, a confusão dos espíritos constituem baluartes do presente estado de coisas. A competitividade comanda nossas formas de ação. O consumo comanda nossas formas de inação. E a confusão dos espíritos impede o

nosso entendimento do mundo, do país, do lugar, da sociedade e de cada um de nós mesmos. (SANTOS, 2002, p. 46).

Essa lógica anti-homem e anti-cidadão, impulsionado pelas mídias foi tão bem absorvida que chega até mesmo ao ambiente familiar e escolar, o que, por sua vez, causa danos gravíssimos a convivência e a educação, uma vez que, agora, não mais se educa para a formação de cidadãos, mas sim consumidores. Estes que, imbuídos da lógica capitalista consomem não apenas o necessário à sua sobrevivência, mas desenfreadamente, enfatizando a perversidade do capitalismo, o ter e não o ser.

Todavia, esse paradigma econômico da competição a qualquer custo não foi o único introjetado na escola, podendo-se citar a flexibilidade, a excelência, o desempenho, a eficácia e eficiência, a qualidade total, entre outros. Destes, um bastante prejudicial à prática de ensino é a qualidade total que,

Tem como objetivo o treinamento de pessoas para serem competentes no que fazem, dentro de uma gestão eficaz de meios, com mecanismos de controle e avaliação dos resultados, visando atender a imperativos econômicos e técnicos. Entre as medidas decorrentes dessa concepção organizacional destacam-se: a hipervalorização dos resultados para estimular a competição entre elas, a descentralização administrativa e do repasse de recursos conforme o desempenho das escolas na avaliação externa, as parcerias com a iniciativa privada, o repasse de funções do Estado para a comunidade (pais) e para as empresas. Em resumo, a qualidade total decorre de uma concepção economicista, empresarial, pragmática. (LIBÂNEO, 2001, p.39).

A sociedade e sua pedagogia tecnicista, por ela defendida, imbuída dessa lógica empresarial veem os educandos como insumos (*inputs*) que devem se tornar obrigatoriamente produtos (*outputs*), sendo o educador, o “gerente”, responsável por essa transformação, uma vez que “seu interesse imediato é o de produzir indivíduos ‘competentes’ para o mercado de trabalho, transmitindo, eficientemente, informações precisas, objetivas e rápidas” (LUCKESI, 1990, p. 61).

Deste modo, na lógica capitalista, é totalmente plausível que se exija resultados a qualquer custo, pois o educando é somente um “bloco de rocha bruta” a ser esculpida e o professor seu escultor, sendo, ignorado qualquer anseio, desejo ou mesmo a história de vida de ambos, reinando um modelo de aluno e professor universais.

Observa-se assim, que a escola passa a ser gerida como uma empresa, porém, por sua natureza específica, com alunos e não funcionários, e com vistas à formação de sujeitos que possam exercer seus direitos e se inserir de forma efetiva no mercado de trabalho, tal gestão se mostra impraticável e, caso realizada se mostrará um total desvio no caminho proposto para a escola, como bem estabelece a Constituição Federal de 1988:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Ou seja, quando o professor orienta sua prática docente com o intuito de formar cidadãos e não meramente transmitir conceitos da cultura geral ele esta simplesmente reafirmando um designo constitucional.

Todavia, a escola mesmo com toda sua precarização vem sofrendo constantes ataques de uma ala neoliberal mais retrograda que, pensando viver ainda um fordismo insiste na formação parcelada do aluno, privilegiando apenas áreas técnicas do ensino como matemática e física diminuindo a carga horária de disciplinas como história, geografia, sociologia e filosofia, ao passo que nos centros neoliberais mais progressistas, começam-se aumentar a quantidade de aulas dessas disciplinas no intuito de se formar alunos e, por conseguinte, trabalhadores flexíveis, criativos, imbuídos de uma lógica toyotista.

Assim, é importante que se compreenda como a educação brasileira se tornou uma educação mercadológica, uma vez que ela não é desvinculada da sociedade em que se encontra, está decorrendo de uma série de processos históricos, impulsionados pela lógica capitalista neoliberal, como apresenta Santos,

Em nenhum outro país foram assim contemporâneos e concomitantes processos como a desruralização, as migrações brutais desenraizadoras, a urbanização galopante e concentradora, a expansão do consumo de massa, o crescimento econômico delirante, a concentração da mídia escrita, falada e televisionada, a degradação das escolas, a instalação de um regime repressivo com a supressão dos direitos elementares dos indivíduos, a substituição rápida e brutal, o triunfo, ainda que superficial, de uma filosofia de vida que privilegia os meios materiais e se despreocupa com os aspectos finalistas da existência e entroniza o egoísmo como lei superior, porque é o instrumento da buscada ascensão social. Em lugar do cidadão formou-se um consumidor, que aceita ser chamado de usuário. (SANTOS, 2007, p. 25).

Isto posto, é importante se “atentar para as contradições e potenciais de mudanças positivas do próprio sistema, afinal de contas, é condição indispensável para nele atuar de forma eficaz” (VESSENTINI, 2013, p. 19), podendo, deste modo, opor-se a esse paradigma da qualidade total, fabricante de consumidores, com a qualidade social da educação, sendo, esta que busca dar ao sujeito os meios para que desenvolva capacidades cognitivas, operativas e sociais, para que se insira no mundo e no mercado de trabalho de forma efetiva e, acima de tudo, que proporcione acesso à luta pela cidadania em vista de uma sociedade mais justa e igualitária (LIBÂNEO, 2001).

A qualidade social do ensino, portanto, deve ser meta do ensino público brasileiro, tendo seu ensejo na formação de cidadão, que tenham acesso ao mercado de trabalho de forma efetiva, uma vez que “a força de trabalho do século XXI é antes de tudo qualificada, com iniciativa (pois as atividades mudam constantemente), com reciclagens periódicas e imprescindíveis” (VESSENTINI, 2013, p. 22). Além disso, é necessário que estejam preparados para exercer seus direitos civis, políticos e sociais, atuando na construção de espaços democráticos e plurais dentro da sociedade.

Assim sendo, ainda que demande do professor, em curto prazo, um maior conhecimento dos conteúdos de sua matéria e domínio de formas de transmissão práticas e de resultado rápido, a fim de garantir um maior desenvolvimento das competências técnicas nos alunos, sua contribuição será, tanto maior e mais eficaz, a um projeto democrático de escola, que valorize a qualidade social do ensino, quanto mais ele seja capaz de, mesmo com a opressão sistêmica da qual é vítima, correlacionar sua prática de ensino com a prática social, tendo como meta contribuir com a democratização da sociedade brasileira e o atendimento escolar das classes populares, almejando uma transformação da sociedade brasileira (LUCKESI, 1990).

Nesse sentido, é fundamental que se tenha a qualidade social do ensino como meta a ser alcançada, como uma prática opositora a ideologia neoliberal de formação de trabalhadores despersonalizados e consumidores-usuários para o mercado, de forma que se esteja sempre vigilante com respeito a seu alcance, pois, constantemente, se esta sobre a mira das práticas deturpadoras do neoliberalismo.

Deve-se, inclusive se manter vigilante com os documentos oficiais, pois eles próprios revelam o alinhamento da política educacional com o mercado com expressa, em algumas passagens dos Parâmetros Curriculares Nacionais: “o novo paradigma [educacional] emana da compreensão de que, cada vez mais, as competências desejáveis ao pleno desenvolvimento humano aproximam-se das necessárias à inserção no processo produtivo” (BRASIL, 2000, p. 12).

Para tanto, importa interpretar a educação como uma instância dialética que serve a um projeto, a um modelo, a um ideal de sociedade. Ela medeia esse projeto, ou seja, trabalha para realizar esse projeto na prática. Assim, se o projeto for conservador, medeia à conservação; contudo, se o projeto for transformador, medeia à transformação; se o projeto for autoritário, medeia a realização do autoritarismo; se o projeto for democrático, medeia a realização da democracia. (LUCKESI, 1990, p. 49).

Analisando, deste modo, nossa realidade, é notável que o projeto de educação posto sirva a conservação e exploração do aluno, aliado a uma precarização, maior a cada dia, do sistema público de ensino, seja por seu planejamento imediatista: formação rápida e barata de trabalhadores técnicos; ou seja, por seu orçamento cada vez mais reduzido.

Assim,

Nesse projeto [neoliberal], a intervenção na educação com vistas a servir aos propósitos empresariais e industriais tem duas dimensões principais. De um lado, é central, na reestruturação buscada pelos ideológicos neoliberais, atrelar a educação institucionalizada aos objetivos estreitos de preparação para o local de trabalho. No léxico liberal, trata-se de fazer com que as escolas preparem melhor seus alunos para a competitividade do mercado nacional e internacional. De outro, é importante também utilizar a educação como veículo de transmissão das ideias que proclama as excelências do livre mercado e da livre iniciativa. Há um esforço de alteração do currículo não apenas com o objetivo de dirigi-lo a uma preparação estreita para o local de trabalho mas também com o objetivo de preparar os estudantes para aceitar os postulados do credo liberal. (SILVA, 2002, p. 12).

Contudo, é claro que esses designios não nem facilmente, nem totalmente aceitos, enfrentando resistência tanto de professores, movimentos sociais e mesmo dos alunos, além de que estes não são de nenhum modo sujeitos passíveis e dóceis, ao contrário, são sujeitos históricos que transitam entre diversas esferas sociais, convivendo com várias pessoas cujos posicionamentos políticos-ideológicos são os mais variados possíveis.

A prática educativa não pode ignorar os contextos de vida dos estudantes. Isto porque na sala de aula existem diversos contextos de vida ‘suspensos no ar’, ou seja, cada estudante com sua história de vida espera uma oportunidade de compartilhar, ainda que seja triste sua história. Cada um na sala de aula espera interagir, e construir uma identidade pessoal, que o diferencie dos outros, que o torne único e próximo de si próprio. (ROSCHILD, 2012, p. 11).

Associando-se a isso, há boas iniciativas que utilizam elementos do próprio sistema para combatê-lo, a fim de construir uma educação libertadora que valorize o sujeito, professor ou aluno, pois “educar para liberdade não é apenas educar os outros, mas também a si mesmo, de forma permanente, aprendendo ao mesmo tempo em que se ensina (ou melhor, que se leva os alunos a aprender)” (VESSENTINI, 2013, p. 25).

“O trabalho docente orientado por esse princípio exige do professor um novo paradigma do ensinar e do aprender; exige considerar a formação como lugar para a dúvida, para a análise, lugar da problematização do conhecimento” (CAVALCANTI, 2002, p. 144), ou seja, a prática educativa deve-se moldar mais por um processo de busca e construção conjunto do conhecimento do que na transmissão de “verdades” postas como depósitos nas cabeças dos alunos, numa espécie de educação bancária (FREIRE, 1975) que, em muitos casos, expressão baluartes de um capitalismo meritocrático.

Vale aqui abrir um “parêntese” a fim de se discutir o mito meritocrático. Tal terminologia, apesar de amplamente difundida, é muitas vezes usada de forma incorreta. Originalmente, o mérito é a recompensa por boas práticas e ações,

Mas, gradativamente, o conceito de mérito vem ganhado uma nova roupagem e deixa de se referir apenas às boas ações e passa a indicar talento, conhecimento, inteligência, esforço capacidade para o trabalho e para a criação, constituindo-se num marco de emancipação que se opõe ao nepotismo e aos direitos herdados. Fundamentando as reformas burguesas e justificando as normas e os valores propostos pelas sociedades ditas democráticas. (VALLE e RUSCHEL, 2010, p.77).

Na sociedade neoliberal, essa palavra é utilizada nas mais diversas situações para se referir a uma conquista aferida por uma pessoa, sendo exclusivamente derivada do seu esforço pessoal. Em contexto educacional não é diferente. Entretanto, para que de fato há um mérito em determinada conquista é preciso que sejam dadas as mesmas condições as pessoas o que não é realizado.

Portanto, é inaceitável que a aprovação de um membro das classes mais economicamente ricas, que tem acesso aos melhores colégios, mais bem equipados com recursos tecnológicos e humanos, com professores com a carga horária compatível, além de frequentar cursinhos preparatórios, no vestibular/Enem para “cursos de prestígio” (medicina, direito, engenharias) seja atribuída somente ao mérito próprio do indivíduo.

É preciso que se diga que a função desses sujeitos é exclusivamente estudar, diferindo em tudo com alunos de escola pública, em que, há déficit de materiais e recursos didáticos e humanos, os professores estão sobrecarregados com uma jornada de trabalho que lhes impossibilita de se atualizar e preparar de forma adequada as aulas, e que além de estudar tenha que trabalhar para complementar a renda da família.

Por fim, esse discurso meritocrático configura uma tentativa de justificar desigualdades que são históricas no Brasil, transformando, não sem ajuda das mídias escritas e televisivas, a vítima em seu próprio algoz, ou seja, culpam o excluído por sua própria exclusão, ao passo que valorizam atos individuais de ascensão social que, apesar de existentes, são ínfimos comparados com o grande contingente populacional. Termina aqui no parêntese.

No contexto educacional, por sua vez, é fundamental que não se perca de vista o fato de que “o professor é o profissional cuja atividade principal é o ensino” (LIBÂNEO, 2001, p. 45), e apesar de o magistério ser visto como um sacerdócio, não deixa de ser uma atividade econômica, é dali que o profissional professor adquire os recursos para seu sustento diário.

Deste modo, são bastante preocupantes declarações do tipo “o professor deve trabalhar por amor” ou “o professor não precisa de salário”, pois desqualificam todo um processo de preparação do licenciado, além de implicitamente, difundir a ideia de que qualquer pessoa pode ser professor e por isso os salários devem ser baixos.

A construção do ser professor é ainda dificultada pela lógica da educação para o mercado, principalmente na construção de sua identidade profissional enquanto professor-educador implicando diretamente na sua atuação diária, pois a construção de qualquer tipo de identidade profissional é fundamental para o bom desempenho da profissão, contudo, este sistema educacional de natureza capitalista, opressivo em sua gênese faz com que se demande cada vez mais um produtivismo do profissional da educação, sem que sejam dadas as menores condições, além da constante vigilância da qual são vítimas e falta de estímulos que recaem sobre os mesmos.

Em razão desse contexto e pela fragilidade muito frequente dos processos de formação e de construção de identidade profissional (...) os professores renunciam a seus projetos de possíveis inovações com o tempo, adotando uma atitude defensiva e redutora quanto aos rituais de sala de aula, rotineiros e repetitivos. (CAVALCANTI, 2014, p. 78).

Isso quando não há uma evasão da sala de aula, não aquela comumente vista, em que o aluno por não se ver como parte da escola, por ter que trabalhar ou por outro motivo para de frequentar as aulas. A evasão aqui referida é a de professores que cansados da perda de ganhos financeiros e da constante desvalorização social desistem da sala de aula e migram para outra atividade.

Esse produtivismo, portanto, é sentido ainda no processo formativo, quando o aluno realiza os estágios e se depara com a realidade da escola, na qual o professor tem que ministrar suas aulas e realizar todo um trabalho burocrático que, em alguns casos, lhe toma um tempo maior do que a aula propriamente dita. Também é nítido no momento que se requer do licenciando uma quantidade de publicações, fato este que se agrava no decorrer de sua atividade seja para processos de formação continuada (seleção de programas de pós-graduação), seja por progressões salariais ínfimas.

Pode-se citar ainda como empecilho à identificação do licenciando, durante o período de formação, o descompasso dos temas tratados na universidade e a realidade encontrada em sala de aula, muitas vezes, maquiada.

Toda essa problemática é agravado pela imposição de “pacotes” pedagógicos que inibem qualquer criatividade e inovação, reduzindo o educador a mero reprodutor, baixos salário e pouca valorização por parte dos gestores públicos, péssimas condições de trabalho (estruturas escolares precárias, falta de recursos tecnológicos e didáticos) e perda de prestígio social.

A baixa remuneração e o descaso dos governantes com o seu papel, tão vital e indispensável à constituição do sujeito enquanto cidadão é outro ponto prejudicial à identidade do educador. Tal descaso se deve ao fato de que educação, no Brasil, jamais foi pensada em longo prazo e que, menos ainda, foi vista como importante, pois as classes ricas educam seus filhos em colégios particulares, como se a educação, processo social por excelência, pudesse ser objeto de mercado (MARX e ENGLÉS, 2011).

Soma-se a tudo isso a precariedade da infraestrutura educacional: escolas com problemas estruturais (instalação elétrica exposta, telhado com goteiras, carteiras quebradas, péssimas condições

sanitárias, etc.), o grande número de alunos numa única sala de aula o que inviabiliza um acompanhamento mais próximo e pessoal do aluno e o desprestígio que a sociedade relegou os educadores, esquecendo seu papel na sua formação enquanto cidadãos.

As condições de trabalho e a desvalorização da profissão de professor, de fato, prejudicam a construção da identidade dos futuros professores com a profissão e de um quadro de referência teórico-prático que defina os conteúdos e as competências que caracterizam o ser professor. Isto acontece porque a identidade com a profissão diz respeito ao significado pessoal e social que a profissão tem para a pessoa. Se o professor perde o significado do trabalho tanto para si próprio como para a sociedade, ele perde a identidade com sua profissão. O mal-estar, a frustração, a baixa auto-estima, são algumas consequências que podem resultar dessa perda de identidade profissional. Paradoxalmente, no entanto, a ressignificação de sua identidade – que passa pela luta por melhores salários e pela elevação da qualidade da formação – pode ser garantia da recuperação do significado social da profissão. Apesar dos problemas, os professores continuam sendo os principais agentes de formação dos alunos e, portanto, a qualidade dos resultados de aprendizagem dos alunos é inseparável da qualificação e competência dos professores. (LIBÂNEO, 2001, p. 46-47).

Para que se reverta este quadro de descaso ao qual se encontra a educação, deve o professor, mediante lutas sociais associadas a sua prática educativa dentro da sala de aula, imprimir ao processo educativo uma centralidade na condição humana (MORIN, 2011), de forma que tanto aluno quanto professor sejam contextualizados historicamente, não sendo vistos como sujeitos transcendentais, existentes desde sempre, mas indivíduos desse período que possuem suas particularidades, histórias de vidas, que interagem em diversas esferas da vida social, além dos muros da escola.

Assim,

A presente ofensiva neoliberal precisa ser vista não apenas como uma luta em torno da distribuição de recursos materiais e econômicos (o que ela também é”, nem como uma luta entre visões alternativas de sociedade (idem), mas sobretudo como uma luta para criar as próprias categorias, noções e termos através dos quais se pode nomear a sociedade e o mundo. Nesta perspectiva, não se trata apenas de denunciar as distorções e falsidades do pensamento neoliberal, tarefa de uma crítica tradicional da ideologia (ainda válida e necessária), mas de identificar e tornar visível o processo pelo qual o discurso neoliberal produz e cria uma outra “realidade” que acaba por tornar impossível pensar e nominar uma outra “realidade”. (SILVA, 2002, p.16).

Nesse sentido, “é fundamental criar espaços dialógicos, criativos, reflexivos e democráticos capazes de viabilizar práticas pedagógicas fundamentadas na solidariedade, na ética, na paz e na justiça social” (UNESCO, 2011, p. 13).

É também é fundamental, que se revalorize o professor, salarial e socialmente, para que ele possa se sentir cumprindo uma função social: a de educar. Para isso, é preciso que se reestremem o aparato escolar, tendo em vista a escola como “organização social, como unidade formada de pessoas que atuam, intencionalmente, em torno de objetivos comuns” (CAVALCANTI, 2014, p. 83). Avaliem-se a real necessidade de muitos dos conteúdos presentes nos parâmetros oficiais que, baseados numa ideologia tecnicista-conteudista, acabam por sufocar a criatividade do professor, além de sobrecarregá-lo.

Existe também a imprescindível necessidade de reestruturar as formas de avaliação diagnósticas: Provinha Brasil, Enem, Enade, entre outras, de modo, que sejam avaliações qualitativas e não quantitativas, pois acabam por não expressar a realidade. Ademais, a forma de premiação com o uso de placas indicando as médias aferidas pelas escolas é uma forma punitiva que invés de contribuir para melhor o desempenho da escola, faz com que muitos alunos e professores se tornem motivo de chacota frente a seus pares por não terem atingindo um nível mínimo em determinado exame diagnóstico.

É, ainda, basilar que seja repensada a jornada de trabalho do professor que, muitas vezes, é abusiva, de modo, a torna-la compatível, no sentido que a atividade docente é uma atividade que não

se restringe exclusivamente a sala de aula, envolvendo atividades que são tão significativas quanto à atuação em sala, como por exemplo, a elaboração do planejamento escolar, plano de ensino, plano de aula e correção de provas e trabalhos.

Juntamente com a redução da jornada de trabalho e valorização salarial é preciso que se reduza o número de alunos por sala de aula, permitindo ao professor conhecer seu aluno e, com isso, compreender suas necessidades e seu ritmo de aprendizagem.

Deste modo, pensar num novo modelo de escola é pensar num currículo “centrado na formação geral e continuada de sujeitos pensantes e críticos, na preparação para uma sociedade técnica/científica/informacional, na formação para a cidadania crítica-participativa e na formação ética” (LIBÂNEO, 2001, p. 30), reafirmando o artigo 205 da Constituição Federal Brasileira.

Isso se deve ao fato de que, “todo desenvolvimento verdadeiramente humano significa o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer à espécie humana” (MORIN, 2011, p. 49).

Faz-se necessário, por fim, que sejam dadas oportunidades para o profissional da educação estenda sua formação para além do curso inicial, sendo, de altíssimo valor os processos de formação continuada que deve ter uma correspondência com sua remuneração e valorização, uma vez que não basta que se fale como fazem os governantes em formação continuada, em valorização da educação escolar, em cidadania ou mesmo em educação para ascensão social e maior poder de consumo se os salários continuam baixos, juntamente com o empenho na melhoria da formação dos estudantes (LIBÂNEO, 2001).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que se possa, então, formar cidadãos em face de consumidores-usuário, é imprescindível que se rompa com essa lógica de gestão empresarial das escolas, premiando poucas com recursos adicionais e penalizando muitas que por algum motivo não atingiram a meta estipulada para o ano.

Com isso, se supere o modelo de qualidade total, voltado, exclusivamente, para o mercado, em prol de um modelo de qualidade social, que tem o sujeito como centro, não sendo, porém, esse sujeito atemporal e a-histórico, feito pelo professor sabe-tudo, que o esculpe por meio da transmissão de seu saber, numa verdadeira educação mnemônica.

O que se deseja é uma educação que veja no indivíduo um ser histórico, dotado de uma saber proveniente de outras esferas da vida social (familiar, comunitária, política, etc.), que numa relação dialógica com o professor se forme enquanto cidadão, pronto para exercer seus direitos civis, políticos e sociais, além de ser capaz de ingressar de forma efetiva no mercado de trabalho como um sujeito qualificado e criativo.

Junto disso, é importante que se combata o ideal meritocrático e a ideia de *self-made man*, emblemas do capitalismo neoliberal que concorrem para uma opressão de altíssimo grau ao passo que determinam um modelo de sujeito a ser seguido e penalizam todos aqueles que nele não se encaixam.

É preciso também que se desmitifique a ilusória concepção de mérito pessoal, pois, como já expresso, só pode-se atribuir a conquista de algo a alguém, caso sejam oferecidas as mesmas condições a todos os sujeitos.

Para tanto, no intuito de construir uma educação com uma qualidade socialmente referenciada que privilegie as pessoas, não as empresas, é indispensável, que se “ligue” novamente o professor-educador a sua profissão, o que só pode ser feito mediante a valorização da profissão e retomada do prestígio social do ser professor, passando assim, por uma valorização salarial acompanhada de uma diminuição da carga horária, de forma que lhe seja possível preparar, previamente, as aulas, uma melhor estruturação das escolas, tanto em termos de aparato físico (o prédio) quanto na existência de recursos tecnológicos e material didático, bem como a diminuição da quantidade de alunos por sala de aula.

Associado a isso, é preciso que os conteúdos do currículo estejam em consonância com a realidade, devido ao fato de que sua desvinculação além de nada contribuir para o aprendizado do aluno, ainda causa certa alienação do lugar, ou seja, o aluno sabe, por exemplo, como se constituíram grandes cidades da Europa como Iambul e Roma, mas desconhece como se constitui o seu próprio município.



Portanto, é necessário que seja dada ao professor autonomia pedagógica para que ele possa trabalhar da maneira mais adequada tais temas e formar mediante um projeto político-pedagógico e uma prática docente diária criativa que vise à autonomia dos alunos, não se limitando aos “pacotes” pseudopedagógicos, para só então, formar cidadãos preparados para o exercício de seus direitos e não consumidores-usuários.

É preciso, por fim, que se tenham políticas públicas em prol da valorização da carreira docente, que estas estejam aliadas ao modelo de escola e de sujeito que se deseja formar: um consumidor-usuário despersonalizado ou um cidadão crítico, capaz de exercer seus direitos políticos e sociais com clareza, além de se inserir no mercado oferecendo trabalho qualificado.

A par disso, é importante que haja uma ressignificação social da profissão de professor, de forma, que sejam dadas condições materiais e financeiras para que ele exerça com dignidade sua profissão de educador, superando a visão rasa do magistério enquanto sacerdócio.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Editora do Senado Federa, 2002.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio**. Brasília: MEC/SEMT, 2000.
- CAVALCANTI, L. de S. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: Editora Alternativa, 2002.
- CAVALCANTI, L. de S. A geografia escolar e a sociedade brasileira contemporânea. In: TONINI, I. M. et al. (Orgs.). **O ensino de geografia e suas composições curriculares**. Porto Alegre: Mediação, 2014. Cap. 6, p. 77-98.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.
- LUCKESI, C. C. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1990.
- MARX, K.; ENGLÉS, F. **Textos sobre educação e ensino**. Campinas: Navegando, 2011.
- MORIN, E. **Os sete saberes necessário à educação do futuro**. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ROSCILD, J. M. **Educação e Autonomia**. Revista Thema, vol. 9, n. 2, p. 1-15, 2012.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 9ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7ª. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.
- SILVA, T. T. A ‘nova’ direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: GENTILI, P.; SILVA, T. T. (Orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- UNESCO. Conferência Internacional sobre os Sete Saberes Necessários à Educação do Presente. In: MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 13.
- VALLE, I. R.; RUSCHEL, E. **Política educacional brasileira e catarinense (1934-1996): uma inspiração meritocrática**. Revista Electrónica de Investigación y Docencia, vol. 3, jan., p. 73-92, 2010.
- VESENTINI, J. W. Educação e ensino da geografia: instrumento de dominação e/ou libertação. In: CARLOS, A. F. A. **A geografia na sala de aula**. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 14-33.

## MINI BIOGRAFIA

### Francisco Tomaz de Moura Júnior ([ftomaz-junior@hotmail.com](mailto:ftomaz-junior@hotmail.com))



Graduando em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (Jataí, GO). Bolsista de Iniciação Científica, CNPq, período 2015/2016. Possui curso de capacitação em LIBRAS básico pelo Instituto Federal de Goiás (Jataí, GO). Possui interesse em Geografia Humana, Geografia Agrária, Geografia Escolar e Ensino de Geografia.

Link para Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7745421923472609>

### Juliana Abadia do Prado Soares ([jupraso@bol.com.br](mailto:jupraso@bol.com.br))



Mestranda em Geografia, 2015-2017, pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás (Jataí, GO), licenciada em Geografia pela mesma universidade em 1999, especialista em Psicopedagogia em educação inclusiva pela Faculdade Tecnológica Darwin (Brasília, DF), 2011. Professora efetiva da Secretaria Estadual de Educação de Goiás – Subsecretaria de Jataí – atuação na disciplina de Geografia, educação básica e Ensino Médio desde 2010.

Link para Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3227251443014444>